

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Nilton Cesar dos SANTOS

**OBSERVATÓRIO CIDADÃO:
INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E DE APOIO À
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA GESTÃO DA CIDADE**

**São Paulo
2014**

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Nilton Cesar dos SANTOS
(RA: 0019055 ó Grupo 6)

**OBSERVATÓRIO CIDADÃO:
INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E DE APOIO À
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA GESTÃO DA CIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção do título de Especialista em Gestão e Políticas Públicas.

Orientador: Fábio Pereira de Andrade

São Paulo
2014

õO povo faz política, os pobres é que fazem política. Porque conversam, porque conversando eles defrontam o mundo, e buscam interpretar o mundo. E agem, quando podem, em função do mundoö.

(Milton Santos)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta uma proposta de intervenção na gestão pública em favor do controle social e da participação cidadã na gestão da cidade. Trata-se da criação de um portal interativo de informações georreferenciadas da cidade. Observou-se para isto que a democracia participativa está distante de sua efetivação, sobretudo quando se considera a distância que ainda separa o governo da sociedade. Levou-se em conta também a força da informação na transformação da sociedade. Foi parte da reflexão o oposto deste reconhecimento, sendo que as pessoas desinformadas não participam do processo de decisão que alteram a dinâmica de funcionamento de seu território, que se constitui numa de suas matrizes de conhecimento. Para fazer frente a esta realidade, concluiu-se que ao integrar as políticas e reuni-las em um sistema de informações que mescla bancos de dados governamentais e sociais, o processo de decisão do poder público tende a ser mais justo, pois conta com a efetiva participação cidadã.

Palavras-chave: Observatório; participação social; controle social; sistema de informação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	2
2.1. Geral	2
2.2. Específico	2
3. COORDENAÇÃO E PARCERIAS	3
4. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	3
5. JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	4
6. MARCO DE REFERENCIA CONCEITUAL	5
6.1. Influência de Paulo Freire	6
6.2. Controle social	7
6.3. O planejamento na perspectiva da integração das políticas	8
6.4. Participação cidadã	8
7. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	9
8. EXPLICAÇÃO DO PROBLEMA	10
9. DESCRITORES DOS RESULTADOS ESPERADOS	11
10. OBSERVATÓRIO CIDADÃO: DETALHAMENTO DA PROPOSTA	11
10.1. O portal	11
10.2. Eu Existo	12
10.3. Centro de Documentação (CEDOC)	12
10.4. Diálogo Digital	13
10.5. Gestão de Problemas da Administração	13
10.6. Minha Opinião	14
10.7. Planejamento Participativo	14
10.8. Banco de projetos	15
10.9. Observa Criança	15
10.10. Cidade Verde	16
11. ANÁLISE DE VIABILIDADE E PLANO DE AÇÃO	17
11.1. Apoio político	17
11.2. Disponibilidade do governo	17
11.3. Existe tempo político e administrativo suficiente?	17
12. METODOLOGIA	18
12.1. Processo de intervenção	18
12.2. Alimentação do portal	18
13. RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO	19
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
15. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA	21

OBSERVATÓRIO CIDADÃO

Instrumento de controle social e de apoio à participação cidadã na gestão da cidade.

1. INTRODUÇÃO

A participação social alcançou sua devida importância a partir do governo Lula. Ainda assim, vista como método de gestão pelo governo federal, esta forma de realizar intervenções a partir da consulta popular com critérios mais justos, conforme o verdadeiro sentido da democracia, ainda encontra barreiras.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz como proposta de intervenção a implementação de um Observatório Cidadão para aperfeiçoar a relação entre sociedade e governo e promover o controle social na gestão da cidade, como contribuição à superação dos fatores que impedem sua plena efetivação. Trata-se de um sistema que reúne informações provenientes de banco de dados governamentais e sociais, organizadas e sistematizadas em favor do planejamento urbano participativo.

Para superar as barreiras de indicadores tradicionais construídos de forma distanciada é fundamental a participação dos diversos segmentos da sociedade. Portanto, isto implica que todo cidadão precisa ter canais de acesso para sugerir e participar da construção de indicadores que melhor expressem as condições sociais e o nível democrático em que vivem.

Nestes últimos 10 anos, a sociedade brasileira vivenciou com intensidade a maior mudança de cenário político, econômico e social de sua história. No decorrer deste período, houve o esgotamento do ciclo perverso de manutenção de privilégios, que perdeu lugar na esfera pública. A partir do governo Lula, estabeleceu-se uma nova pauta, ainda em pleno vigor na sociedade, que promove a justiça social ao ampliar a margem de oportunidades daqueles que historicamente, até o início deste percurso, eram completamente excluídos do processo de crescimento e de desenvolvimento do país.

Com esta mudança de perspectivas, a integração das políticas sociais e a participação cidadã tornaram-se efetivas e prioritárias. A participação social foi alocada no centro do governo federal, também por sensibilidade política do presidente Lula, que não por acaso acomodou um setor para definição de políticas dependentes da

mobilização da sociedade, ao lado de seu gabinete presidencial. Como resultado desta atitude, as conferências, fóruns e outras formas de diálogo com a sociedade civil foram potencializados e saíram, conseqüentemente, do submundo da subalternidade.

Para sustentar a utilidade e a viabilidade deste trabalho, adotou-se como estratégia uma análise da atual situação do cenário político e social do Brasil. Para isto, buscou-se nas publicações de teóricos com credibilidade as explicações que confirmaram as convicções e hipóteses que foram demonstradas. Recorreu-se às referências acadêmicas também na justificativa, para permear de cuidados as indagações mantidas naquela parte do texto para auxiliar a compreensão do problema, acerca das barreiras à participação social, que motivaram a elaboração deste trabalho.

O caminho percorrido não deixa dúvidas à conclusão que se chegou de que a informação é determinante à participação. E que tanto quanto é importante ampliar e manter espaços de atuação e de intervenção do cidadão junto ao governo, igualmente é fundamental qualificar o conteúdo e o acesso às informações, aqui consideradas uma forma de materialização do poder.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Promover o acesso às informações atualizadas de interesse público sejam elas geradas pelo governo ou pela sociedade, com interatividade, facilidade e clareza.

2.2. Objetivos específicos

- Consolidar a participação social como instrumento de fortalecimento da democracia;
- Compartilhar objetivos comuns, especialmente consolidar a participação social nos mecanismos de interação com o governo;
- Aprofundar a estratégia de participação social, agregando contribuições das práticas de gestão participativa como instrumento de fortalecimento da democracia;

3. COORDENAÇÃO E PARCERIAS

Por estar relacionado diretamente à publicidade das ações do governo, com o propósito de dar maior transparência aos atos oficiais do poder executivo, este projeto deverá ser implementado pela Secretaria de comunicação, sob a coordenação de uma equipe de assuntos estratégicos do governo, designada pelo prefeito. Observando o exemplo do planejamento estratégico da prefeitura de Araçatuba, que formou um núcleo para acompanhamento e monitoramento dos projetos pactuados, esta proposta também deverá contar com algo semelhante.

4. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

A baixa capacidade do governo em promover a participação social com qualidade encontra sua justificativa na escassez dos meios para converter as intervenções dos cidadãos em ações concretas. Nesta percepção também encontra lugar a análise crítica em relação aos tradicionais meios de comunicação institucional que levam conteúdo incompleto e superficial que pouco contribuem para a democracia e ampliam a despolitização, quando tornam as informações complexas, pouco atrativas e sem conexão direta com a vida cotidiana.

Os veículos de comunicação de massa existentes são insuficientes e inadequados para levar informação correta ao cidadão, devido ao seu caráter parcial e tendencioso, que visa, sobretudo, a manutenção dos interesses das elites dominantes, detentoras destes meios de formação da opinião pública.

Contra este cenário, os governos progressistas buscam meios alternativos a estes mecanismos de alienação midiáticos lançando mão de recursos que ainda não encontraram a fórmula eficiente para sua realização. Refiro-me aos estímulos à participação direta do cidadão na gestão do governo, através de conferências, consultas públicas e orçamento participativo. Estas atividades que promovem a interação entre governo e sociedade também servem para ampliar a transparência e dar mais publicidade às ações do governo. Ocorre que a mobilização à participação ainda sofre muitas influências negativas de grupos de interesses dominantes, fato que induz a formação de certa elite da participação (sempre os mesmos que participam em diferentes atividades) e dificulta a manifestação espontânea do cidadão.

A construção e a manutenção da imagem de uma instituição pública requer uma soma de fatores, entre os quais está a clareza no processo de prestação de contas ao

cidadão. Existem, de fato, vários meios alternativos para projeção da imagem governamental. Porém, frequentemente são disponibilizadas ao cidadão informações públicas com linguagem inadequada. Além de o conteúdo ser muito frio e com excesso de termos técnicos, encontram-se, não raras vezes, siglas, abreviaturas e conceitos pouco conhecidos que recebem tratamento de termos comuns, como se o gestor da comunicação supusesse que o público tem familiaridade com o assunto abordado.

5. JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

A gestão de políticas sociais no final do século passado no Brasil foi marcada pelo neoliberalismo, tendo seu momento mais significativo na década de 1990. As consequências são notadas ainda hoje. No contexto das políticas neoliberais, buscou-se o Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o atendimento à lógica do mercado. Ganhou expressão o discurso da qualidade total, de que os recursos eram suficientes e o que precisava era melhorar a gestão. Saúde, educação e muitos outros direitos passavam para a condição de serviços, de mercadoria a ser vendida e comprada. A regra era enxugar a máquina estatal.

A partir de 2003, novas diretrizes foram construídas. Desencadeou-se um enorme esforço para fortalecer as instituições públicas, superando o nepotismo e criando novas estratégias de gestão do Estado. Foram medidas fortemente adotadas pelo governo Lula, cujos reflexos desvelaram a urgência de provocar mudanças ainda mais profundas pactuadas com a sociedade.

Dois questões norteiam esta análise: a) Sendo a reestruturação do atual modelo de administração pública brasileira decisiva para alavancar o aprofundamento da democracia participativa, quais barreiras ainda precisam ser superadas? b) Qual máquina estatal é necessária para incorporar a participação social como metodologia de governo? A formulação destas perguntas foi baseada na forma atual de organização do poder executivo que integra e, ao mesmo tempo, desintegra os cidadãos em sua estrutura técnico/burocrática, o que torna incompatível a relação entre as demandas produzidas na base da sociedade e a governabilidade (vontade política, programa de governo, alianças partidárias, entraves legais etc.), fator determinante para execução prática das mesmas. Em decorrência disto, o sistema político representativo reproduz

outras falas em defesa de interesses da sociedade civil organizada, nem sempre alinhadas com o desejo da maioria.

Sob esta perspectiva, a compreensão das variantes que compõem as premissas da reforma do Estado se faz necessária, pois o percurso a ser feito deve ir além da reformulação dos marcos legais existentes, visando à transição das marcas e valores de governos locais, com foco no cidadão, em modelos formais da máquina do Estado, como garantia de continuidade pelos governos subsequentes.

Com igual importância, também é preciso concentrar esforços e investir na politização da esfera em que estas questões estão colocadas, isto é, na formação de consciência crítica dos sujeitos sociais, agentes públicos e funcionalismo em favor deste processo, sem perder de vista os aspectos culturais, integrantes desta lógica vigente. O que está em jogo com esta afirmação é a construção do modelo de Estado, no qual o governo representativo não suplante o autogoverno popular, mas seja seu ativador, formando o povo soberano, estimulando e criando condições para a democracia participativa, compreendendo governantes e governados como dependentes e igualmente como parte de seu corpo político.

Observou-se a carência de discussão mais profunda, onde as causas reais ainda estão encobertas. Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende-se não só fazer defesa de convicções, como também provocar reflexões nos avaliadores e na sociedade sobre a urgência em combater a visão conservadora de parte dos gestores auxiliares de diferentes graus de subordinação ao chefe do executivo, bem como do quadro de funcionalismo, acomodado e modelado pelo sistema burocrático e ultrapassado que herdamos, e como superar essas concepções e práticas tendo em vista uma gestão pública mais promotora da cidadania ativa, da democracia participativa, que incorpore, efetivamente, a participação como método de governo.

6. MARCO DE REFERENCIA CONCEITUAL

No Brasil a participação cidadã ainda encontra barreiras que ultrapassam a vontade política dos governantes. Um dos motivos é a incompatibilidade na relação do cidadão e a máquina pública, ainda fortemente caracterizada pelo Estado Herdado.

Na busca de meios para aprofundar a democracia participativa visando à superação do "Estado Herdado" pelo "Estado Necessário", ferramentas como este

Observatório auxiliam sobremaneira o cidadão no controle social e na promoção da justiça, uma vez que quanto mais o cidadão é informado sobre sua realidade, mais participa; e, quanto mais participa, menos o governo falha em suas intervenções locais.

Hoje no Brasil a atuação da sociedade civil no processo de transformação de nossa realidade é de grande relevância. Nos 10 anos de governo petista, os canais de interlocução da base social com as esferas de poder, sobretudo o executivo, foram intensificados. Quanto a estes fatos destacam-se as conferências setoriais e temáticas e os mecanismos de controle social que garantiram mais transparência na gestão dos bens públicos. As mudanças, ao longo destes anos, se deram, portanto, com profundidade, assim como descreve Luiz Dulci:

Com efeito, o governo Lula inovou e inovou profundamente. No conteúdo e na forma de governar. Implementou, na verdade, um novo modelo de desenvolvimento, inteiramente distinto do neoliberal, ainda que não tenha se preocupado em teoriza-lo, e outra modalidade de inserção do Brasil no mundo. Instaurou também uma nova relação do Estado com a sociedade, de intenso envolvimento e participação nas decisões. Mas não o fez de modo abrupto, com rupturas, e sim de maneira gradual, com transição criteriosa e sagaz, sempre levando em conta a correlação de forças e as possibilidades reais de altera-las a favor das classes populares. (2013, p 17)

6.1. Influência de Paulo Freire

Este projeto fundamenta-se em referenciais éticos e no princípio do cuidado com a cidade a partir do bairro e da escola. Estes podem ser apresentados como resultado do saber comunitário, inspirado no modelo pedagógico do educador Paulo Freire, que sugere a autoestima coletiva como resultado do reconhecimento do lugar onde cada um vive, nos fazeres de sua história, na capacidade de organização e cooperação dos cidadãos locais, na reflexão crítica, expressão do processo de emancipação do oprimido, no posicionamento do cidadão como sujeito de participação integral e como agente no seu processo de conhecimento, a partir da realidade na qual está inserido.

Espera-se estabelecer uma estratégia de construção de um novo cenário político a partir do engajamento do poder público, da população local, da ampliação de parcerias e espaços, constituindo e atuando em redes locais de desenvolvimento sustentável, assegurando a diversidade e a governança sustentável, e principalmente o cuidado com o bairro e sua vizinhança.

Espera-se com este princípio metodológico que toda população de cada área de planejamento participativo seja capaz de refletir sobre a realidade do mundo globalizado e as consequências do padrão de consumo. Além disto, acredita-se que será possível despertar para compreensão dos problemas locais a partir da visão geral do planeta, a fim de potencializar a participação de todos.

6.2. Controle social

O controle social requer a participação da população em todo o processo de decisão, acompanhamento, fiscalização, avaliação e implantação das políticas sociais. Na prática, significa fortalecer os meios de interlocução com o cidadão, como os conselhos municipais (setoriais e de direitos) e implantar sistemas de comunicação e acesso à informação para a população (Observatório).

Devido ao rápido crescimento populacional e, conseqüentemente, o desenvolvimento desordenado das cidades, a justiça social e o exercício da cidadania estão cada vez mais distantes. Os governos que pretendem estabelecer critérios mais claros para ampliar o direito à cidade aos cidadãos devem recorrer a mecanismos de participação social para atingir seus objetivos. Estas perspectivas têm sido amplamente debatidas em âmbito internacional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) ilustra bem esta questão. Em seu nome, Mark Malloch Brown, administrador mundial do programa, destaca que:

“O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. Nos últimos anos, o Relatório do Desenvolvimento Humano tem defendido fortemente que esta é uma questão, tanto de política, como de economia e desde a proteção dos direitos humanos até ao aprofundamento da democracia. A menos que as pessoas pobres e marginalizadas e que na maioria das vezes são membros de minorias religiosas, étnicas, ou migrantes possam influenciar ações políticas, em nível local e nacional, não é provável que obtenham acesso equitativo ao emprego, escolas, hospitais, justiça, segurança e a outros serviços básicos.”

Hoje, devido a este cenário, presente na maioria das cidades brasileiras, as políticas públicas a serem propostas pelo governo devem ser transversais, articuladas e integradas entre os diversos setores da administração, medidas que requerem o planejamento estratégico.

6.3. O planejamento na perspectiva da integração das políticas

O conjunto de leis existentes forçam os entes da federação a realizar continuamente o planejamento estratégico em seus governos. O planejamento de longo prazo é necessário, pois, por definição, estabelece a organização do pensamento, ideias, forças e ações no sentido de alcançar determinados objetivos e metas, com o propósito de atingir certo resultado, segundo o professor Moisés da Silva Marques (Apostila da Disciplina II; aula 3). Isto implica em dizer que o planejamento corresponde a um tempo determinado e obedece a dinâmica da realidade local.

De acordo com esta definição, o modelo de planejamento utilizado pelos governos requer o envolvimento da equipe. Para garantir a integração das políticas nos moldes do governo federal, por exemplo, os municípios devem promover as transversalidades nos projetos a serem elaborados. As iniciativas, portanto, são resultados de coautorias de setores e de técnicos do governo, engajados na busca de soluções aos problemas apresentados.

6.4. Participação cidadã

As metodologias de planejamento utilizadas pelo gestor público, pelo fato de estarem relacionadas às áreas muito técnicas do governo, ainda oferecem resistência à participação. É o que acontece com o Orçamento Participativo, PPA Participativo, Conferências e Fóruns, que se constituem em atividades pouco atrativas e que exigem um grau elevado de informação, o que não está suficientemente ao alcance de todos os participantes.

Somente a abertura de canais de participação não é suficiente para que o cidadão contribua com a elaboração das políticas. Esta afirmação está de acordo com Eduardo Tadeu quando especifica as diretrizes do direito à cidade, que também leva em conta a mudança na forma de se comunicar com a sociedade organizada e com a população em geral, que geralmente é pouco informada sobre os processos político-administrativos, as decisões governamentais e os serviços públicos que se processam (Apostila da Disciplina I; aula 10).

7. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

A Constituição de 1988 foi marcada por debates em torno das conquistas sociais, dos direitos fundamentais e inovou ao apresentar avanços no que diz respeito à participação popular, principalmente quando afirma que toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

O Governo Federal reconhece a participação social como um ingrediente essencial de sua forma de governar. No seu dia a dia, o governo está comprometido em ouvir e dialogar com a sociedade civil, tanto em espaços formais - conselhos, conferências, ouvidorias e audiências públicas - como em plataformas digitais e redes sociais. Além de garantir instâncias permanentes de diálogo, o governo entende que a participação da sociedade é fundamental na concepção, execução e acompanhamento de políticas públicas.

Com essa aproximação, conhecimentos são produzidos, tanto pelo governo quanto pela sociedade, e precisam ser armazenados em uma plataforma digital para ser compartilhados, integrados e construídos colaborativamente.

Esta plataforma pode estar estruturada da seguinte maneira:

Como isto seria possível:

- Através de instituição de Diálogos Sociais
- Com a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas municipais.
- Com a participação ativa, qualificada e efetiva de representantes governamentais e da sociedade civil que opinam e deliberam sobre políticas públicas.
- Cidadão não necessariamente vinculado a instituições formais, fazendo uso das redes sociais, por exemplo;
- Participação mediada, organizada e exercida pelas interfaces digitais na rede;
- Uso de diversos instrumentos digitais como convite à colaboração, agregação e participação dos desenvolvedores de sistemas para ambiente web e para dispositivo móvel;
- Uso de instrumentos digitais de agregação de informações de governo;

8. EXPLICAÇÃO DO PROBLEMA

Neste início de século, a soma de habitantes no planeta atingiu 7 bilhões. Os brasileiros são hoje 201 milhões, mais que o dobro de 40 anos atrás, sendo uma das causas do inchaço e do crescimento desordenado das cidades. As cidades, no modo como estão crescendo e se desenvolvendo nos dias de hoje, requerem cada vez mais os mecanismos que amplificam sua voz. O inchaço do território torna as pessoas ainda mais distantes umas das outras, pois exige gastar energia e vigor em excesso para realização de tarefas simples. É este um dos motivos pelos quais a convivência pacífica com a vizinhança deixou de ser a caracterização de um bom lugar para viver.

Considerando este acentuado contingente populacional, torna-se indispensável à adoção da participação social como método de governo, isto é... um sistema de participação, que consiste em criar mecanismos de articulação e sinergia entre todos os canais de participação popular e cidadão (Eduardo Tadeu; Apostila da Disciplina I; aula 10) para garantir o direito à cidade, com justiça social e igualdade de oportunidades. Ao propor um Observatório da Cidade, plataforma que congrega informações e conhecimentos produzidos a partir de alianças estratégicas entre governo e sociedade civil, espera-se aperfeiçoar o modo petista de governar, cujo foco é o cidadão.

Somente a abertura de canais de participação não é suficiente para que o cidadão contribua com a elaboração das políticas. Esta afirmação está de acordo com Eduardo Tadeu quando especifica as diretrizes do direito à cidade, que também leva em conta a mudança na forma de se comunicar com a sociedade organizada e com a população em geral, que geralmente é pouco informada sobre os processos político-administrativos, as decisões governamentais e os serviços públicos que se processam (Apostila da Disciplina I; aula 10). Portanto, o poder da informação é determinante no processo participativo, ainda mais quando produzido a partir do território onde se exercita mais a relação cíclica da cidadania, sendo a rua a matriz de conhecimento de origem seguido pelo bairro, microrregião, região e toda a cidade.

A participação social não se reduz a atividades desconexas e pontuais. Ao contrário, é resultado da articulação das políticas públicas no conjunto do governo e da sociedade, sob a perspectiva da ampliação do sentido de pertencimento à cidade. Com este nível de extensão de cidadania se estabelece a real participação direta no planejamento e na gestão da cidade. Para dar conta desta complexidade de acesso e de acúmulo de dados é preciso buscar apoio na tecnologia de informação.

9. DESCRITORES DOS RESULTADOS ESPERADOS

As soluções que darão conta das novas exigências da vida urbana estão nas pessoas. Convém, sob este aspecto, considerar a importância da rua em que cada um vive e ter claro que o bem-estar comum está relacionado à capacidade de entrosamento nos bairros. Ou seja, quanto mais os cidadãos dialogam entre si, tanto mais encontram soluções justas às suas demandas locais.

O cotidiano da vida social é muito rico em percepção e valores. O lugar onde as pessoas vivem e constituem seus laços afetivos de amizade e vizinhança é uma matriz considerável de conhecimento. Portanto, o Observatório Cidadão ao gerar informações e conhecimento sobre as principais características que constituem a realidade socioeconômica da cidade irá constituir um banco de dados gradativamente ampliado e qualificado. Esse banco de dados tornar-se-á um poderoso instrumento de comunicação institucional e um apoio substancial à ampliação da participação e da cidadania.

10. OBSERVATÓRIO CIDADÃO: DETALHAMENTO DA PROPOSTA

Esta proposta de implantação do Portal Interativo Observatório Cidadão está descrita em 10 módulos.

10.1. O portal

É um sistema de que reúne informações da cidade. Caracteriza-se por um portal interativo que permite ao cidadão relacionar-se com a sociedade e o governo, com acesso a dados georreferenciados, conteúdo de pesquisas e indicadores governamentais. Seu objetivo é disponibilizar um conjunto de ferramentas que auxiliem o Planejamento Participativo a partir das treze regiões da cidade. Com o observatório espera-se qualificar ainda mais a participação direta do cidadão no processo de decisão do governo para solucionar os problemas da cidade.

Contempla os seguintes controles:

- Acesso à área restrita, lembrete de senha e alteração de senha
- Apresentação do portal interativo
- Apresentação de informações de acesso público referente a cada módulo que compõe o Observatório.

10.2. Eu Existo

Local em que o próprio cidadão informa seus dados pessoais, sociais, profissionais e acadêmicos, sendo que a falta de informações estatísticas confiáveis sobre as condições de vida dos moradores da cidade faz com que governantes deixem de ter dados significativos sobre a população por falta de conhecimento de sua realidade ou de suas necessidades.

É uma ferramenta colaborativa, onde cada cidadão informa ao município quem ele é, onde mora, o que faz, qual sua formação acadêmica, dentre tantas outras características. Com conhecimento mais preciso sobre seus habitantes, é possível apresentar dados mais realísticos aos governos estadual e federal, identificando áreas com mais demandas sociais e índices onde a atuação do município deve se fazer mais presente, podendo traçar um perfil sobre sua mobilidade urbana e sobre acessibilidade.

Contempla os seguintes controles:

- Importação dos dados de funcionários, alunos, profissionais autônomos e empresas da base de dados da prefeitura
- Criação de login para aqueles que tiveram os dados importados
- Cadastramento de cidadãos e empresas
- Visualização do perfil populacional

10.3. Centro de Documentação (CEDOC)

Organiza o observatório, sistematiza as informações e o conhecimento produzido na cidade e realiza estudos e pesquisas. Todo conhecimento produzido pelo governo e sociedade é organizado e sistematizado pelo CEDOC.

A memória da cidade, fotos, depoimentos da população são mantidos de forma colaborativa por essa ferramenta. Assim, a história da cidade é guardada digitalmente: várias memórias numa grande memória virtual.

Contempla os seguintes controles:

- Registro das Ações de Governo
- Registro dos Equipamentos da Cidade

- Registro do Plano Diretor
- Visualização das Ações de Governo
- Visualização dos Equipamentos da Cidade no mapa de Araçatuba
- Visualização do Plano Diretor
- Simulação do Plano Diretor para Anos posteriores com Base em índice de Crescimento

10.4. Diálogo Digital

É uma ferramenta que permite agilizar o diálogo entre funcionários e gestores da administração pública municipal, buscando a eficiência na realização das tarefas diárias. Propicia monitoramento da gestão e o acompanhamento das ações do governo.

Contempla os seguintes controles:

- Troca de mensagens entre as pessoas cadastradas no Eu Existo
- Gestão das mensagens trocadas
- Resumo da utilização do Diálogo Digital
- Cadastramento das Reuniões e suas pautas
- Registro das Atas das reuniões
- Assinatura Digital da presença nas reuniões
- Registro de agenda de Atividades diárias das pessoas cadastradas no Eu Existo

10.5. Gestão de Problemas da Administração

Indicadores, metas e seus cruzamentos estão disponibilizados no Observatório Cidadão. Temas como educação e seus indicadores, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), são apresentados à população como instrumento para auxiliar na construção do planejamento e orçamento participativo

Contempla os seguintes controles:

- Cadastramento de problemas detectados na administração
- Registro das soluções/previsão para os problemas detectados

- Registro das realizações das soluções
- Acompanhamento da Gestão de Problemas

10.6. Minha Opinião

A participação ativa dos cidadãos na sociedade é uma evolução das sociedades democráticas e abrange todas as formas de participação. Com a ferramenta Minha Opinião a sociedade civil pode ser ouvida através de suas manifestações digitais, sugestão de melhorias, elogios, reclamações e indicação de problemas encontrados diariamente. É uma rede social para conectar os sentimentos da população sobre as ações dos governantes.

Contempla os seguintes controles:

- Registro da opinião dos cidadãos por tipo (Reclamação, sugestão, elogio, pedido de informação).
- Gerenciamento da opinião dos cidadãos
- Rede social apresentando as opiniões registradas à população para que outros cidadãos possam avaliá-las (curtir ou não curtir)
- Priorização de ações de acordo com as opiniões mais curtidas por tema e tipo
- Elaboração de um caderno de prioridades
- Visualização estatística da opinião dos cidadãos

10.7. Planejamento Participativo

O modelo participativo de planejamento do desenvolvimento consiste no pacto do poder público com a sociedade civil organizada no sentido de viabilizar o desenvolvimento. Permite coletar opinião tanto de cidadãos quanto de setores especializados da sociedade sobre temas de importância, intensificando a articulação entre representatividade e sociedade, permitindo que a sociedade participe da formulação e definição de políticas públicas.

Esta ferramenta também possibilitará o acompanhamento do Orçamento Participativo, propiciando, portanto, que o cidadão debata e defina os destinos da cidade, as prioridades de investimentos em obras e serviços a ser realizados a cada ano, com os recursos do orçamento municipal. Essa ferramenta registrará todas as demandas

do orçamento participativo identificadas, priorizadas e valorizadas nas assembleias e depois as apresenta em mapas para que a sociedade civil acompanhe as ações dos governantes.

Contempla os seguintes controles:

- Criação as assembleias e seus participantes com seus papéis (delegados e conselheiros)
- Criação das etapas das assembleias
- Eleição das prioridades pelos alunos nas várias etapas (classe, ciclo, escola, região, município)
- Registro das conferências municipais, estaduais e federais
- Geração do documento a ser enviado para as conferências
- Visualização de estatísticas das eleições
- Visualização de estatísticas do planejamento participativo
- Demandas do Orçamento Participativo

10.8. Banco de Projetos

Com quais projetos o município está envolvido e quais estão sendo analisados? Um banco de dados de projetos é mantido por essa ferramenta e pode ser pesquisado por toda a sociedade civil. Espaço para divulgar, apoiar e compartilhar projetos e soluções de iniciativa da sociedade civil aos problemas locais e da cidade.

Contempla os seguintes controles:

- Cadastramento e divulgação de projetos
- Votação nos projetos pela população
- Visualização de estatística dos projetos realizados

10.9. Observa Criança

Todo o conhecimento contido no Observatório Cidadão será apresentado às crianças de forma lúdica, inserindo-a em sua comunidade, captando suas percepções sobre a cidade e apresentando lhes o ambiente onde está inserida. Este espaço reunirá

informações sobre a infância em relação à oferta de equipamentos e atividades educacionais na cidade.

Contempla os seguintes controles:

- Olhar da Escola: registro das atividades da escola, registro dos equipamentos da escola registro do calendário escolar, comunicação digital com pais e alunos, perfil nutricional e físico das crianças, registro da agenda de lazer, cultural e esportiva para crianças, registro de links interessantes para estudo, jogos educativos e museus;
- Olhar do Aluno: registro da percepção que o aluno tem sobre a escola e o bairro, rede social para crianças das escolas, visualização da agenda de lazer, cultural e esportiva para crianças;
- Olhar da Família: acompanhamento das atividades da escola e da criança, comunicação digital com a escola, divulgação das atividades profissionais autônomos;
- Visualização de estatísticas de crianças na escola, por etapa, por transporte utilizado até a escola;

10.10. Cidade Verde

Permitirá o acompanhamento do plano local de desenvolvimento sustentável e monitorar o programa Agenda 21. A Agenda 21 é um documento lançado na ECO 92 que sistematiza um plano de ações com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Contempla os seguintes controles:

- Registro da Agenda 21 pelas crianças
- Registro das atividades ambientais realizadas em cada escola com envio de fotos e vídeos (escola ecoeficiente, escola verde, educação verde, agroecologia etc.)
- Criação de pesquisa a ser respondida pelas crianças juntamente com seus familiares
- Mapeamento de árvores e regiões verdes dentro da escola
- Mapeamento de árvores e regiões verdes no bairro onde moram
- Visualização de árvores e regiões verdes em um mapa

11. ANÁLISE DE VIABILIDADE E PLANO DE AÇÃO

11.1. Apoio político

No cenário em questão, observa-se a disposição dos atores envolvidos no processo de implantação do Observatório. Considerar-se também o fato que a administração municipal começou o processo de implementação do sistema de participação social no início do primeiro governo. A interação e o diálogo com a sociedade nos bairros desencadearam uma série de barreiras administrativas que foram superadas com o amadurecimento da equipe. Neste novo mandato, o poder executivo encontra maior sinergia entre os gestores para executar cada passo desta intervenção.

A relação com o legislativo interfere fortemente com estas novas medidas, o que torna necessário estabelecer diálogo permanente com os vereadores, sobretudo os da base, sobre a importância da participação direta do cidadão na gestão da cidade. Até porque, os interesses que permeiam este tema são conflitantes, pois a lógica que se impõe nesta intervenção não comporta a relação entre dominantes e dominados.

11.2. Disponibilidade do governo

No planejamento estratégico do governo, que precedeu a elaboração do Plano Plurianual (PPA), houve a defesa e a aprovação da implantação do Observatório Cidadão. Estabeleceu-se, naquela ocasião, esta ação como uma das prioridades do governo a ser concluída até o final do atual mandato.

11.3. Existe tempo político e administrativo suficiente?

Quanto às garantias de cumprimento dos prazos, presume-se que é suficiente e seguro. Porém, como ainda não há uma cultura arraigada de participação direta do cidadão nos processos de decisão no interior da sociedade e dos governos ó sendo este, ainda, um processo em construção ó, não surpreenderia se iniciativa deste tipo perdesse lugar para ações que dão mais visibilidade ao governo em curto prazo, mediante a eventual crise política.

12. METODOLOGIA

12.1. Processo de intervenção

O Observatório Cidadão deve ser considerado em três modalidades, sendo: a) o processo de criação e manutenção do portal; b) planejamento e revisão de procedimentos e processos administrativos e; c) capacitação e treinamento dos servidores envolvidos.

Primeira fase: realizar diagnóstico da estrutura organizacional da administração;

Segunda fase: realizar planejamento estratégico do governo visando propiciar mecanismos de participação social;

Terceira fase: Definir coordenação de governo para acompanhar e monitorar os prazos para execução dos projetos pactuados como prioritários;

Quarta fase: Viabilizar a contratação de consultoria especializada em tecnologia de informação para planejar a estrutura e funcionamento do Observatório;

Quinta fase: Viabiliza capacitação para servidores que irão exercer as novas funções designadas no planejamento;

Sexta fase: Realizar oficinas com os servidores públicos e as lideranças das comunidades para sensibilizar quando aos benefícios do sistema de informações e sua utilização; e

Sétima fase: Realizar ampla campanha de divulgação na mídia e nos equipamentos públicos.

12.2. Alimentação do portal

O Observatório Cidadão deve contar inicialmente com um processo de revisão de procedimentos administrativos e capacitação de servidores públicos e lideranças das comunidades. Em relação a captação de dados das comunidades o processo de dará pela

reunião no portal de documentos e relatórios produzidos nos encontros realizados pelo governo com a sociedade (conferências, fóruns, orçamento participativo etc.).

No dia a dia, as informações geradas nas comunidades e nos bairros serão produzidas no processo de planejamento participativo e organização local. Serão utilizados o Comitê Local de Mobilização e a Agenda 21 como método para promover a participação da comunidade no processo de transformação local. O conhecimento a ser produzido contará com o apoio das universidades na formulação científica, sob a coordenação do Centro de Documentação, Estudos e Armazenamento do Acervo da Comunidade (CEDOC).

Toda conhecimento produzido pelo governo e sociedade será organizado e sistematizado pelo CEDOC. O conteúdo ficará disponível à população, governo, universidades, institutos etc. no Observatório Cidadão.

13. RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Na contra mão da violência, espera-se com este projeto recuperar parte da confiança na vizinhança, perdida no emaranhado da urbanização como resposta ao rápido crescimento populacional, para a qual o planejamento com critérios de cidadania ficou para trás, a perder de vista. Espera-s que esta intervenção atinja o patamar necessário para reagir à invisibilidade e à indiferença que persistem em se fixar sob o signo do medo que atormenta as cidades.

Restaurar a confiança no outro é crucial para o enfrentamento de tantas banalidades que cercam a vida nos incertos dias de hoje. Portanto, é preciso acreditar na força das ideais e das opiniões, as mesmas que fundamentaram as cidades na Grécia de Aristóteles.

Com o olhar lançado no futuro, não parece ser um delírio acreditar na possibilidade de uma nova Ágora, lugar em que se reuniam os cidadãos para discutir os problemas das cidades gregas. Pois neste Observatório, estarão reunidas as informações estratégicas de toda a cidade.

Para superar as barreiras de indicadores tradicionais construídos de forma distanciada, é fundamental a participação dos diversos segmentos da sociedade.

Portanto, todo cidadão deve ter acesso a canais de comunicação direta para sugerir e participar na construção de indicadores que melhor expressem as condições sociais e o nível democrático em que vivem.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se neste trabalho a importância da informação para organização da cidade e para vida digna em sociedade. Como contribuição a este valor social e a politização que se dá no processo comunicativo, que vai além do acesso às informações, pois exige margem significativa de compreensão das partes envolvidas, este estudo trouxe a proposta de criar um instrumento que reúne, organiza e sistematiza informações do governo e sociedade e produz conhecimento local.

Verificou-se que esta ideia partiu da percepção das barreiras que dificultam a concretização do sistema de participação social como método de governo, devido à ausência de mecanismos de acesso às informações processadas com clareza suficiente para despertar o interesse de parcela significativa da população, que ainda oferece resistência aos canais de diálogo cidadão disponibilizados pelos governos, em razão da excessiva burocracia e do vocabulário técnico, presente nos discursos em atividades públicas com o propósito de abertura à participação.

A expectativa é que com o Observatório Cidadão seja possível promover maior mobilização social com qualidade de participação como resultado da ampliação do acesso às informações institucionais e sociais. E com isto tornar possível encurtar a distância que separa o cidadão do processo de decisão que irá determinar sua vida futura.

15. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Moreira. *A Força do Povo - Democracia Participativa em Lajes*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo - As política sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AVRITZER, Leonardo y NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2003

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema, 1993.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DULCI, Luiz. *Um salto para o futuro: como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FIGUEIREDO, Rubens & LAMOUNIER, Bolivar. *As cidades que dão certo; experiências inovadoras na administração pública brasileira*. Brasília: MH Comunicação, 1996.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>.

Acesso em 10 de maio de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa*. Col. *Reinventar a Emancipação Social*, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.